

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Deliberação:

Despacho:

Concordo com a presente informação, dando parecer prévio favorável à aquisição do serviço em apreço e autorizando o procedimento pré-contratual.

Valpaços, 10 de outubro de 2016.

O Presidente da Câmara


Dr. Amílcar Castro de Almeida

INFORMAÇÃO N.º 222/2016

ASSUNTO: Pedido de parecer prévio para celebração de contrato de aquisição de serviços; Artigo 35.º, da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março; Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio.

I – Do enquadramento legal de parecer prévio

1. De acordo com o disposto no n.º 5, do artigo 35.º, da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, o diploma legal que aprovou o Orçamento de Estado para 2016, carece de parecer prévio vinculativo a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgão e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte.
2. Por sua vez, o n.º 10, da retrocitada disposição legal, esclarece que, nas autarquias locais, o parecer referido é da competência do presidente do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 6, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela Portaria a que se refere o n.º 1, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e ulteriores alterações, no caso, a Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio.
3. De acordo com o n.º 2, do artigo 3.º, da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, a emissão de parecer favorável depende da verificação dos seguintes requisitos cumulativos, a saber:



- a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- b) Existência de cabimento orçamental;
- c) Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- d) Demonstração do cumprimento da proibição de aumento do valor contratual, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

II – Do contrato de aquisição de serviços a celebrar

É intenção do Município de Valpaços, e face à existência de circuitos de transportes escolares que ficaram desertos na sequência de concurso público aberto para fazer face às necessidades de transporte de alunos e à alteração do número de alunos/localidades a abranger, celebrar um contrato de aquisição de serviços tendo em vista integrar no circuito n.º 5 do enunciado concurso público o transporte dos alunos da localidade de Valizelos, associando-o ao enunciado circuito n.º 5 de transportes escolares, passando a constar Valizelos – Avarenta – Argeriz – Midões – Valpaços, acrescendo-lhe 24Km ao percursos inicial de 62 Km com o mesmo valor unitário de €0,40/Km, e revestindo a natureza de contrato de prestação de serviços, abrangendo no ano letivo 2016/2017 202 dias.

1. O valor estimado do contrato é €1.939,20 (mil novecentos e trinta e nove euros e vinte cêntimos), sem IVA incluído, correspondendo ao valor de €0,40 por Km, e perfazendo o valor de €652,80 até 31 de dezembro de 2016.
2. Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa irá ser lançada mão do procedimento de Ajuste Direto, com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos.
3. O recurso ao procedimento acima referido justifica-se à luz do preceituado no artigo 20.º, n.º1 a), do Código dos Contratos Públicos.
4. Sendo certo que o Município de Valpaços não tem, na presente data, recursos técnicos e humanos que permitam garantir, de forma eficaz, a execução dos serviços objeto do contrato.
5. Atendendo à natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata de execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato.
6. No que tange à obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apta para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, prevista na parte final da alínea a) do n.º 6 do artigo 35.º da Lei que aprovou o Orçamento do Estado para





o ano de 2016, cujo procedimento é definido pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro (à luz do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas - Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro - atendendo ainda ao Despacho Conjunto de 19/12/2013), importa chamar à colação o teor da Circular n.º 92/2014/PB da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datada de 24/07/2014, e em especial com o teor das conclusões vertidas na Nota n.º 5/JP/2014, objeto de Despacho do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, datado de 10/07/2014, segundo as quais "(...) *a administração local encontra-se abrangida pela aplicabilidade da Portaria n.º 48/2014 de 26 de fevereiro, no entanto, está dispensada de consultar o INA (...)*".

7. Na situação individual e concreta, revela-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público para execução dos serviços objeto do contrato.
8. De acordo com a declaração emitida pela unidade orgânica responsável, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente proposta, o contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental, muito concretamente na rubrica 010107.
9. Os encargos assumidos com o referido contrato de aquisição de serviços não excedem os fundos disponíveis, referidos na alínea f) do artigo 3.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atualizada.
10. Atendendo ao disposto no n.º 1, do artigo 35.º, da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, bem como na alínea d) do artigo 3.º, da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, importa referir que em 2015 teve lugar prestação de serviços com idêntica contraparte, com o valor pago em 2015, de €4.200,00 com 60 Km e o valor de €0,40/Km abrangendo apenas 175 dias, porquanto teve lugar a adjudicação do circuito n.º 11 do ano letivo 2015/2016 no âmbito de concurso público a Jesuíno Renato Medeiros Pinto, sendo certo que a integração de Valizelos no circuito n.º 5 representa o valor de €1.939,20 por mais 24 KM ao valor de 0,40/Km, os quais acrescem ao valor inicial adjudicado de €5.009,60 (62 Km x €0,40/Km), representando o valor total de €6.948,80 assegurando-se o mesmo valor unitário por Km e não obstante o prazo ora em execução se cifrar em 202 dias de execução, sem prejuízo do disposto no n.º 19 do enunciado artigo 35.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.
11. Considerando que o contrato de aquisição de serviços, em causa, implica a assunção de encargos plurianuais, mas assume a natureza de despesa com pessoal, importa referir que, à luz do disposto no n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atualizada, o contrato em apreço encontra-se dispensado de sujeição a autorização prévia para a sua assunção.

III – Da proposta em sentido estrito

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. Amílcar Castro de Almeida, que:

- a) Emita, por força das disposições previstas, respetivamente, no n.º 5 e no n.º 10, do artigo 35.º, da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (LOE 2016) e no n.º 1, do artigo 3.º, da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, parecer prévio favorável à celebração do contrato de aquisição de serviços tendo em vista integrar no circuito n.º 5 do enunciado concurso público o transporte dos alunos da localidade de Valizelos, associando-o ao enunciado circuito n.º 5 de transportes escolares, passando a constar Valizelos – Avarenta – Argeriz – Midões – Valpaços, acrescentando-lhe 24Km ao percurso inicial de 62 Km com o mesmo valor unitário de €0,40/Km, e revestindo a natureza de contrato de prestação de serviços, abrangendo no ano letivo 2016/2017 202 dias, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 6, do artigo 35.º, da Lei n.º 7-A/2016, de 30/03 e no n.º 2, do artigo 3.º, da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio.
- b) Seja adotado o procedimento de ajuste direto, nos termos dos artigos 16.º, n.º 1, alínea a) e n.º 2, alínea e), 20.º, n.º 1, alínea a), e 112.º e seguintes, todos do CCP, com vista a contratação e celebração do respetivo contrato de prestação de serviços.

É tudo o que me cumpre informar.

Paços do Concelho de Valpaços, 7 de outubro de 2016.

O Diretor do Departamento ECD,



Normando Teixeira Vieira, Eng.º